



# PODER JUDICIÁRIO

## Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

### ATO Nº 374

O DESEMBARGADOR WALTER DE ALMEIDA GUILHERME, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º quadrimestre de 2010, na forma do Anexo.

#### ANEXO

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

RGF – Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>389.605</b>	<b>6.768</b>
Pessoal Ativo	<b>290.288</b>	<b>5.436</b>
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	290.288	5.436
Pessoal Inativo e Pensionistas	<b>99.317</b>	<b>1.331</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	99.317	1.331
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>111.798</b>	<b>3.686</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	19.796	3.686
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	92.002	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>277.807</b>	<b>3.081</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		<b>280.888</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)<sup>1</sup></b>		<b>468.699.862</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>0,059929</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) – &lt; % &gt;</b>	<b>0,109462</b>	<b>513.048</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – &lt; % &gt;</b>	<b>0,103989</b>	<b>487.396</b>

FONTES: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 287, de 19/5/2010.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(a) Mauro Marques Batista  
 Secretário de Orçamento e Finanças

(a) Magaly Silicani Cardoso  
 Secretária de Controle Interno

**PUBLIQUE-SE.**  
 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo,  
 em 26 de maio de 2010.

**WALTER DE ALMEIDA GUILHERME**

**Presidente**